

Governo negocia todo o débito de SP

por Ivanir José Bortot e
Neusa Ramos (*)
de Brasília

O governo federal espera ao renegociar a dívida de R\$ 37 bilhões do Estado de São Paulo equacionar definitivamente os problemas do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), que até dezembro precisa de uma solução: volta para as mãos do governador Mário Covas ou passa por um processo de liquidação.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, terá um novo encontro na quinta-feira com o secretário da Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano, para discutir a estratégia de negociação da dívida do governo paulista.

“É uma negociação complexa.

Precisamos ser ‘low profile’, disse Parente a este jornal ao se negar a falar sobre os próximos passos da negociação. O governo de São Paulo poderá promover a rolagem da sua dívida mobiliária e contratual. Entraria no acordo toda a dívida até março, desde que a assembléia paulista aprove a medida até dezembro.

A negociação anterior da União com São Paulo para equacionar apenas a dívida do Banespa, envolvendo R\$ 15 bilhões, faz parte do passado. O formato de negociação foi submetido ao Senado Federal, mas não teve resultado prático. Ela está superada, mas nada impede que seja retomada.

A conversa entre Parente e Nakano prossegue nesta semana em torno do modelo de renego-

ciação de todas as dívidas de São Paulo. “Quando se faz uma negociação dessa natureza, o ideal é buscar uma solução integrada que atenda ao interesse de ambos”, disse Parente.

O desejo do Banco Central é incluir o caso Banespa na negociação. “Com uma solução parcial, fica a dúvida sobre a capacidade do Estado de cumprir a renegociação. Essa é a situação ideal, mas quem fala pelo Estado é o governador e não eu”, disse Parente.

O governador que descumprir o programa fiscal estabelecido na renegociação terá de arcar com a diferença do juro hoje cobrado nas dívidas estaduais e o juro subsidiado que está sendo repactuado, além do custo de 1% ao ano. Parente disse que

não serão determinados pela União os ativos a serem envolvidos na renegociação.

A única exigência da União é que sejam apresentados 20% de ativos de empresas privatizáveis para quitar o principal da dívida. Em contrapartida, a União vai refinaranciar a dívida do estado por trinta anos, com juros de 6% ao ano mais a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

“Hoje, haveria subsídio para cobrir a diferença da taxa de juro determinada no mercado para a rolagem da dívida menos a taxa da renegociação de 6% ao ano. Daqui a alguns anos pode desaparecer, porque os estados estarão amortizando o principal da dívida e os juros reais podem cair”, disse Parente.

(*) Invest News